

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA
MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EDITAL N. 3/2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições, considerando os equívocos constantes do Anexo I, do Edital n. 2/2017, resolve proceder à seguinte retificação quanto ao conteúdo programático das matérias do Bloco I:

DIREITO CIVIL

- 1 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço. Interpretação e Integração da Lei. Analogia. Princípios Gerais do Direito e Equidade. Usos e Costumes.
- 2 - Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio.
- 3 - Ausência. Direitos da Personalidade.
- 4 - Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. Do bem de família.
- 5 - Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova.
- 6 - Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.
- 7 - Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Dos atos unilaterais.
- 8 - Da responsabilidade civil em geral. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Abuso do direito.
- 9 - Das preferências e privilégios creditórios.

- 10 - Do direito das coisas.
- 11 - Da posse: aquisição, efeitos, perda. Os interditos possessórios. Usucapião.
- 12 - Dos direitos reais. Da propriedade. Do condomínio. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese.
- 13 - Do direito de família. Casamento. Do direito pessoal. Do direito patrimonial. Da união estável. Da tutela e da curatela.
- 14 - Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
- 15 - Das disposições finais e transitórias do Código Civil Brasileiro, artigos 2.028 a 2.046.
- 16 - Legislação Especial: Registros públicos (Lei n. 6.015/1973). Da alienação fiduciária (Decreto-Lei n. 911/1969). Lei n. 9.514/1997. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias (Leis n. 4.591/1964 e n. 10.931/2004). Do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). Da locação de imóveis urbanos (Lei n. 8.245/1991). Estatuto da pessoa com deficiência (Lei n. 13.146/15).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 - Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil.
- 2 - Constituição e Processo. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional.
- 3 - Normas de Direito Processual Civil: natureza jurídica, fontes, princípios processuais civis, interpretação e direito processual intertemporal. Princípios infraconstitucionais do processo civil.
- 4 - Jurisdição: conceito, características, princípios e espécies. Organização Judiciária.
- 5 - Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública e Privada. Órgãos auxiliares da justiça. Assistência judiciária. Taxas judiciárias.
- 6 - Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação) e arbitragem.

7 - Competência.

8 - Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação.

9 - Processo: pressupostos processuais, atos processuais, vícios dos atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Preclusão.

10 - Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: típicas e atípicas. *Amicus curiae*.

11 - Procedimento comum: petição inicial, tutelas provisórias, tutela de urgência e de evidência, citação, respostas do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, indícios e presunções, audiência, sentença e coisa julgada.

12 - Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada. Julgamento liminar de improcedência.

13 - Provas. Teoria geral da prova. Objeto, fonte e meios. Admissibilidade. Provas típicas e atípicas. Provas ilícitas. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção.

14 - Normas processuais civis e medidas tutelares: no Estatuto da Criança e Adolescente; no Estatuto do Idoso; no Estatuto das Cidades; no Estatuto da Pessoa com Deficiência; no Código de Defesa do Consumidor.

15 - Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas.

16 - Processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade e ordem do processo nos tribunais.

17 - Recursos e meios de impugnação. Teoria geral dos recursos. Princípios. Admissibilidade e efeitos. Princípios. Apelação, agravos, embargos de declaração, embargos de divergência, reexame necessário, ação rescisória, mandado de segurança contra ato judicial, ação declaratória de inexistência de ato processual e *querela nullitatis*. Recursos nos Tribunais Superiores. Regimento Interno do TJSC, do STJ e STF. Lei Federal n. 8.038/90. Repercussão Geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal n. 11.417/06. Precedentes: teoria geral, *distinguishing* e *overhuling*.

18 - Execução de título executivo judicial e extrajudicial.

19 - Liquidação.

20 - Cumprimento de sentença e processo de execução: espécies, procedimentos, execução provisória e definitiva. Execuções especiais no CPC.

21 - Defesas do devedor e de terceiros na execução. Ações prejudiciais à execução.

22 - Tutela de urgência e de evidência. Tutela antecipada e tutela cautelar.

23 - A Fazenda Pública como parte no processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela antecipada, tutela específica. Ação de conhecimento e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual.

24 - Ação de usucapião. Usucapião como matéria de defesa. Usucapião extrajudicial.

25 - Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Teoria geral. Ação de consignação em pagamento; ação de exigir e de prestar de contas; ações possessórias; ação de nunciação de obra nova; ação de usucapião; ações de divisão e demarcação.

26 - Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: inventário e partilha, alimentos, embargos de terceiro, oposição, habilitação, restauração de autos, vendas a crédito com reserva de domínio, ação monitória. Ação de dissolução parcial de sociedade.

27 - Ações falimentares. Arbitragem. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral. Meios alternativos de solução de conflito (Resolução n. 125 de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça). Instauração da Arbitragem. Ação para obtenção do compromisso arbitral. Impedimento e Substituição do Árbitro. Responsabilidade do Árbitro. Cooperação do Poder Judiciário com a Arbitragem.

28 - Processo coletivo. Tutela dos interesses transindividuais. Conceito. Espécies. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos. Ação civil pública.

29 - Ação declaratória de inconstitucionalidade/constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental.

30 - *Habeas Corpus*, *Habeas Data* e Mandado de Injunção.

31 - Reclamação.



32 - Ação popular.

33 - Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Características. Alienações Judiciais. Testamento e Codicilo. Herança Jacente. Bens dos Ausentes. Coisas Vagas. Interdição. Tutela. Organização e Fiscalização das Fundações. Especialização da Hipoteca Legal. Emancipação. Sub-rogação. Alienação, arrendamento ou oneração de bens de incapazes. Alienação de quinhão em coisa comum. Extinção do Usufruto e de fideicomisso. Divórcio e separação consensuais. Extinção consensual de união estável. Alteração do regime de bens do matrimônio.

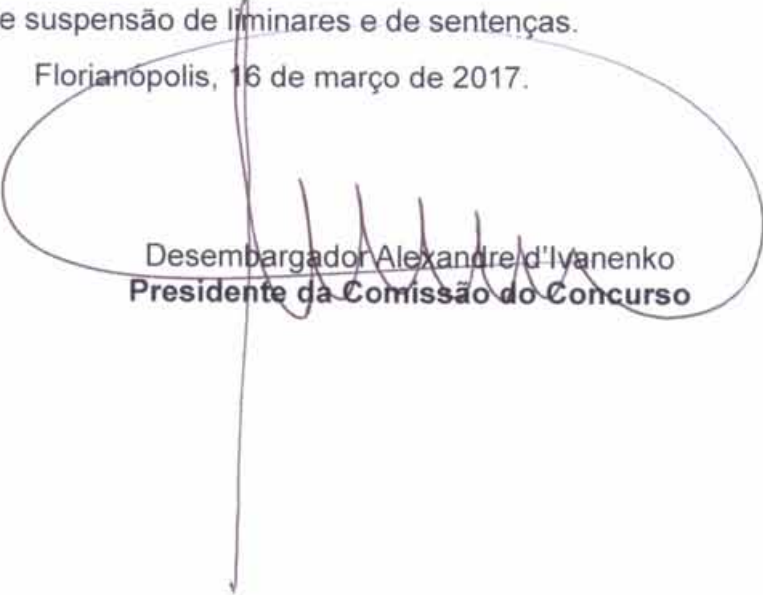
34 - Ações locatícias. Ação de Despejo. Ação Revocatória. Ação Revisional. Ação Consignatória.

35 - Divórcio. Inventário e Partilha Extrajudiciais.

36 - Ações de Direito de Família.

37 - Pedido de suspensão de liminares e de sentenças.

Florianópolis, 16 de março de 2017.


Desembargador Alexandre d'Ivanenko
Presidente da Comissão do Concurso